



CLIPPING



29, 30 e 31
de Outubro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

EM POUCAS LINHAS

- O Comitê de Ação Social e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará realizará o show “Pérolas Musicais 2” nos dias 11 e 12 de novembro.
- Será no Teatro do Centur e o valor arrecadado com a venda de ingressos será revertido para as ações que atendem crianças do bairro do Aurá, em Ananindeua.
- O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) alcançou 98% da produtividade no Índice de Produtividade Comparada.
- O índice é avaliado pelo Conselho Nacional de Justiça e o balanço está no relatório “Justiça em Números de 2021”. Com isso, o TRT8 segue em primeiro lugar entre os TRTs de médio porte.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Milton Nobre
(à esq.) será substituído pelo desembargador Rômulo Ferreira Nunes, que passa a ser o decano da Corte de Justiça Paraense

DECANO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

Após 22 anos, Milton Nobre se

DESPEDE DO TJPA

APOSENTADORIA - Em sua última participação na sessão do pleno, o desembargador foi homenageado por colegas, servidores, advogados e familiares

DA REDAÇÃO

O desembargador Milton Nobre, que completa 75 anos no mês de dezembro, se despediu ontem do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Em sua última participação na sessão do pleno, ele foi homenageado pelos demais desembargadores, servidores, advogados e familiares. Com 22 anos dedicado à magistratura, Nobre foi decano do TJPA por 10 anos. Sua aposentadoria dará lugar ao desembargador Rômulo Ferreira Nunes, que passa a ser o decano da Corte de Justiça Paraense por ser o magistrado de 2º Grau mais antigo. Nunes recebeu um distintivo do Colégio de Presidentes, a ser usado pelo decano do Tribunal.

Ao expressar sua gratidão a toda equipe envolvida em sua gestão e aos colegas que integraram o Tribunal nos últimos 22 anos, Milton Nobre destacou as lições recebidas, as manifestações de apreço e o companheirismo, que, segundo ele, suavizaram sua caminhada na prestação jurisdicional.

"Este é para mim um momento de rara alegria. Dediquei à magistratura paraense e ao Po-

der Judiciário o melhor que tive capacidade e competência para oferecer. Daí porque faço minha citação, que o amigo professor João Carlos Pereira certa vez neste plenário lembrou da poeta chilena Gabriela Mistral. "Servir pelo prazer de servir". Nunca fechei as portas ou dei as costas a quem me procurou, ainda que certamente algumas vezes não tenha tido condições de resolver o problema, porém jamais faltei à sinceridade no dizer, pois aprendi muito cedo com meus pais e na vida militar que a lealdade aliada à verdade são os alicerces da decência, da vida honrada e digna", disse o magistrado.

Presidente do Tribunal, a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro enfatizou a capacidade do desembargador Milton Nobre de estar à frente de seu tempo, de ter coordenado inúmeros processos durante o período que esteve à frente do Judiciário paraense, no biênio 2005-2007 de sua presidência, e também por saber motivar e mobilizar inúmeras equipes e grupos de trabalho para atingir o melhor desempenho e mais resultados ao TJPA.

O processo de transferência da sede do Poder Judiciário estadual para o atual complexo

arquitetônico, situado à avenida Almirante Barroso, ocorrido à época da gestão de Milton Nobre como presidente do TJPA, "de maneira rápida, competente, criativa, e com muita responsabilidade", também foi citado pela desembargadora Célia Pinheiro como exemplo da criatividade do decano.

"O Poder Judiciário do Estado do Pará se despede de seu decano. Foram mais de 22 anos de serviços prestados a este Poder, em um caminho pautado pela liderança, criatividade, destreza e inspiração a todos e a todas nós", afirmou a desembargadora-presidente do TJPA, Célia Regina de Lima Pinheiro, durante o início da sessão.

A desembargadora-presidente ressaltou, ainda, a atuação do desembargador Milton Nobre no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante o biênio 2009-2011, como conselheiro, o qual teve participação destacada na autoria de projetos que resultaram em recomendações e resoluções nos tribunais e na relatoria de importantes processos referentes a pedidos de providência e procedimentos de controle administrativo, tanto em relação a magistrados quanto aos Tribunais.



"Servir pelo prazer de servir". Nunca fechei as portas ou dei as costas a quem me procurou."

Milton Nobre
Desembargador

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Nobre recebe maquete do prédio do tribunal

Junto à esposa, Olga Nobre, dos filhos Carlos Augusto e Marcelo Augusto, das noras, netos e netas, o magistrado foi agraciado com uma maquete confeccionada em bronze do histórico prédio-sede do Judiciário estadual, inaugurado em 1º de dezembro de 2006, na avenida Almirante Barroso, em Belém, no local onde funcionava o Instituto de Artífices do Pará e Instituto Lauro Sodré.

Na dedicatória, consta "Para que a família Nobre saiba de nossa gratidão ao desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, que presidiu o TJPA no biênio 2005 a 2007 e foi o idealizador deste complexo arquitetônico da sede do Poder Judiciário do Esta-

do do Pará". Foi exibido também um vídeo em homenagem ao decano da Corte, produzido pelo Departamento de Comunicação do TJPA.

O procurador-geral de Justiça César Mattar Jr. expressou sua estima pelo desembargador e o aprendizado obtido durante a convivência com ele, afirmando a grandeza do homem público e seu legado semeado no sistema de Justiça pelo desembargador.

Os demais desembargadores e desembargadoras também expressaram sua gratidão e elogiaram o trabalho exercido pelo desembargador Milton Nobre, além de desejarem a ele felicidade na nova trajetória. São eles(as): Luzia

Nadja Guimarães Nascimento; Constantino Augusto Guerreiro; Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos; Ricardo Ferreira Nunes; Rômulo Nunes, Leonardo de Noronha Tavares; Maria de Nazaré Saavedra Guimarães; Diracy Nunes Alves; Ronaldo Marques Valle; Maria do Céu Coutinho, Maria Filomena de Almeida Buarque, Maria Edwiges Miranda Lobato, Luiz Gonzaga da Costa Neto; Mairton Marques Carneiro, Ezilda Pastana Mutran; Vânia Fortes Bitar, Maria Elvina Gemaque Taveira; Rosileide da Costa Cunha, José Roberto Maia Bezerra Júnior, Rosi Maria Gomes de Farias, Eva do Amaral Coelho e o juiz Altemar Paes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****ÁGUA**

A promotora de Justiça, Regiane Brito Coelho Ozanan, da Promotoria de Justiça do Consumidor, ajuizou ação civil pública contra a empresa “Blu” que estaria atuando em desacordo com a legislação ao oferecer água mineral por assinatura, sem garrafão. O MPPA observou danos à saúde e aos direitos dos consumidores. Por isso, requer o encerramento definitivo das atividades da companhia. O Departamento de Vigilância em Saúde da Sesma, responsável pela fiscalização e controle sanitário, desconhecia a atividade da BLU. A empresa atua em outros Estados, por meio de franquias.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CAIU GERAL MATADORES EM CANA

Operação da Polícia Civil prendeu 8 pessoas envolvidas na morte de um comerciante em Marabá no ano passado. Foram presos do mandante aos intermediadores de toda a logística para a ação criminosa

CRIME ESCLARECIDO

JR Avelar

Oito presos é o saldo da operação "Tora Bora" da Polícia Civil do Pará nesta quinta-feira (28) com homens da Divisão de Homicídios com apoio da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais e da Polícia Civil do Maranhão.

Além dos oito presos foram cumpridos e dez mandados de busca e apreensão, todos expedidos pelo Juízo da 3ª Vara Criminal do Município de Marabá depois que a quadrilha segundo a Polícia Civil matou no mês de setembro do ano passado na avenida Getúlio Vargas um comerciante do ramo de mineração.

Segundo as investigações, na ocasião, a vítima estava a caminho da casa dos sogros quando, ao chegar no local e descer do veículo, Diogo Sampaio de Sousa foi alvejado fatalmente por um único disparo de uma arma de grande poder de fogo.

Equipes da Divisão de Homicídios foram acionadas e passaram a investigar o crime. Durante a análise das imagens de câmeras de segurança se constatou que o disparo de arma de fogo foi efetuado do interior de um veículo de cor branca, marca Fiat.

Quanto à motivação do crime, se levantou durante as investigações que existia uma grande

desavença e disputas por áreas de mineração entre a vítima e o mandante do crime identificado como Diogo Costa Carvalho, uma vez que ambos possuíam empresa de mineração em áreas contíguas.

As investigações apontaram que Diogo Costa ofereceu e pagou recompensa para um cabo da polícia militar do estado do Maranhão identificado como Luís Cláudio de Araújo, por intermédio de Shirliano Graciano de Oliveira e Everton Bastos Ribeiro, para ceifar a vida de seu inimigo declarado.

Foram presos Diogo Costa Carvalho (mandante do crime), Diego Silva dos Santos (policia militar do Pará responsável por monitorar a vítima), Carlos Lázaro Paiva Junior (conseguiu o veículo para o crime), Luís Cláudio de Araújo, cabo da PM do Maranhão, responsável por efetuar o disparo de arma de fogo contra a vítima, Shirliano Graciano de Oliveira que foi intermediador do crime e Pablo Antonio Alves Rodrigues, dono do veículo utilizado no crime.

Durante o cumprimento dos mandados, foram apreendidas diversas armas de fogo como uma pistola Glock calibre Ponto 40, uma espingarda calibre 12, um revolver calibre 22, uma pistola PT100, uma pistola G2C, munições, equipamentos eletrônicos documentações, bem como uma porção de maconha.



A ação é resultado do trabalho investigativo, que teve início há um ano, após o crime. CRÉDITO FOTO

A "Operação Tora Bora" é uma alusão a caverna negra, complexo de caverna do Afeaganistão, base do talibã, e contou com mais de cem po-

Suspeito é morto após trocar tiros com a PM em Capanema

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**SÁBADO**

**ESPECIALISTA EM ASSALTOS É
DETIDO NA ILHA DO MARAJÓ.
PÁGINA 2**

Diário do Pará**POLÍCIA****FLAGRADOS COM DROGAS****ACUSADOS
DE TRÁFICO****OPERAÇÃO POLICIAL****JR Avelar**

As últimas apreensões de drogas e crimes ocorridos na cidade de Novo Progresso, na região sudoeste paraense, levaram à Divisão de Polícia do Interior a determinar uma investigação que foi conduzida pelo superintendente Regional do Tapajós contra o tráfico de drogas e posse de armas de fogo. Foi colocada em prática a "Operação Ordem em Progresso", com a missão de identificar possíveis locais de comercialização de entorpecente e armas em Novo Progresso e após um levantamento de campo foi representado pela busca e apreensão domiciliar em dez residências, pedido deferido pelo juiz de Direito local.

Durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão foram localizados aproximadamente 300 pés de maconha, três espingar-



das e uma quantidade de maconha no sítio de Fábio Silva, um dos alvos da operação. Já na residência de Emílio Kennedy Duarte Lisboa foi localizado um revólver calibre

38, quatro munições de calibre 38, 71 porções de maconha, além de 40 gramas de maconha avulsa. E na casa de Natanael Alves Rodrigues foram localizadas 53 gramas de maco-



Maconha, crack e armas de fogo foram apreendidas durante a ação na cidade de Novo Progresso. FOTOS: DIVULGAÇÃO



onha e uma balança de precisão. Por fim, na residência de Kenneth Duarte, os policiais militares localizaram dez gramas de maconha e uma porção de crack.

Segundo a Polícia Civil, os presos juntamente com os produtos ilícitos foram encaminhados à delegacia de Polícia Civil de Novo Progresso sendo individualizada a situação de cada um.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> OAB DO PARÁ DESEMBARGO

A aposentadoria do desembargador Milton Nobre abrirá, no Tribunal de Justiça do Pará, uma vaga a ser ocupada pelo chamado 5º Constitucional. Ou seja, a indicação do substituto deve ser feita pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Pará. Como a entidade de classe está no centro de uma acirrada disputa eleitoral, a previsão é de que a indicação só seja feita após a escolha do próximo presidente da Ordem. Mas, nos bastidores, a movimentação e as especulações em torno de nomes para a cadeira já estão a todo vapor.

EM POUCAS LINHAS

- A Justiça deu cinco dias para que o Estado se manifeste sobre ação civil coletiva impetrada por um grupo de aprovados no concurso da Polícia Militar que exige a convocação dos demais candidatos aprovados no certame.
- A entidade alega que o número atual de candidatos convocados não é suficiente para cobrir as aposentadorias que ocorrerão no próximo ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

GOVERNO DO ESTADO CEDE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO MPPA

O Ministério Público do Estado do Pará sediou, na última terça-feira, a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos MPs dos Estados e da União (CNPNG) no Museu Histórico do Pará. O procurador-geral de Justiça César Mattar Jr., anfitrião do encontro, esteve ao lado da presidente do CNPG, a procuradora-geral de Justiça do Amapá, Ivana Ceil. No ato de encerramento foi assinado entre o chefe do MPPA e o governador do Estado, Helder Barbalho, o Termo de Compromisso para cessão de uso de imóvel (terreno) destinado à construção da nova sede do Ministério Público do Estado.



Premiação coloca João Brasil entre os mais influentes do Pará

Numa concorrida festa de premiação realizada na noite do último 25 no Maison Blue, a Revista Bacana premiou as 50 Personalidades mais influentes do Estado. Entre os premiados estava o advogado João Brasil de Castro, que compareceu ao evento ao lado da esposa e também advogada Melina Brasil. Integrantes do escritório de advocacia que o casal comanda também estiveram na festa e participaram da homenagem, que teve como atrações musicais o Quinteto de Metais do Projeto Vale Música, e as bandas Warloulou e Balada.com.



Decano do TJPA, Milton Nobre se aposenta após 22 anos no desembargo

Em razão da sua aposentadoria, o desembargador Milton Nobre foi o grande homenageado da sessão ordinária do Tribunal Pleno do TJPA ocorrida na última quarta-feira. O decano, que presidiu o Tribunal entre 2005-2007, se despede após mais de 22 anos de serviços prestados ao poder. Nobre também

integrou o CNJ entre 2009-2011. Na sessão o magistrado foi agraciado com uma maquete de bronze do histórico prédio-sede do Judiciário estadual, inaugurado em 19 de dezembro de 2006, na avenida Almirante Barroso, na sua gestão. Vários desembargadores e servidores homenagearam Nobre em discursos na sessão.

"OAB Sempre à Frente" divulga programas de plano de gestão

A chapa "OAB sempre à frente", encabeçada pelo candidato à presidência da OAB-PA Eduardo Imbiriba e pela sua vice Luciana Gluck Paul, divulgou em suas redes sociais os 10 principais programas que norteiam seu Plano de Gestão para o próximo triênio. Os programas contemplam várias áreas, desde a Jovem Advocacia, até as 25 subseções espalhadas pelo interior do Estado. O plano de gestão completo será lançado no próximo dia 04 de novembro.



"Advocacia em Causa Própria" lança chapa e mobiliza categoria

Cerca de 600 advogados, advogadas e convidados participaram na noite do último dia 20 do evento de lançamento da chapa "Advocacia em Causa Própria" no Belém-Hall. Na ocasião também foram apresentados à categoria os candidatos da Escola Superior de Advocacia e da Caixa de Assistência dos Advogados. Foi um momento de reunir apoiadores e debater as propostas apresentadas pela chapa, encabeçada pelos advogados Sávio Barreto (presidente) e Brenda Araujo (vice), que defende slogan com a hashtag #vamosmudaracab.

Giussepp Mendes também entre os mais influentes do Estado

Outro que recebeu a premiação na festa das 50 Personalidades mais influentes do Estado da Revista Bacana foi o também advogado Giussepp Mendes, que construiu uma carreira sólida na área da advocacia trabalhista, que lhe valeu o convite para assumir a Auditoria Geral do Estado na gestão do atual governador Helder Barbalho. Depois de quase 2 anos no cargo Mendes assumiu o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado (Igeprev), onde também realiza uma gestão inovadora. Giussepp recebeu a premiação ao lado da esposa, a também advogada Denise Mendes.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



As prisões ocorreram ainda em Natal, Santa Isabel do Pará e no interior do Amazonas, além de Tucuruí
FOTOS: DIVULGAÇÃO

MANDADOS DE PRISÃO E APREENSÃO CUMPRIDOS QUADRILHA É CAPTURADA

Bando comandava o tráfico de drogas e outros crimes no município de Tucuruí, região sudeste do Estado

OPERAÇÃO PERFÍDIA II

JR Avelar

Trinta e seis policiais civis da Superintendência Regional do Lago de Tucuruí cumpriram, na última quinta-feira (27), durante a "Operação Perfídia II" 17 mandados de prisão preventiva e sete de busca de apreensão determinadas pela Justiça de Tucuruí, região sudeste do Estado.

Os mandados foram cumpridos em Tucuruí, Santa Isabel do Pará, Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, e na cidade de Apuí, no Amazonas, para com-

bater um esquema criminoso de tráfico de drogas no município de Tucuruí comandados de dentro de um presídio.

A operação foi coordenada pelo delegado Robson Mendes e equipes de investigadores da 15ª Seccional Urbana de Polícia Civil, com apoio do delegado Tiago Mendes, superintendente da 9ª Superintendência Regional do Lago de Tucuruí e suas equipes, além de policiais de Goianésia, Pacajá, Novo Repartimento, Breu Branco e Jacundá.

O objetivo era desbaratar uma associação criminosa que pulverizava entorpecentes em Tucuruí e prender líderes do

tráfico responsáveis pela gestão financeira dos ilícitos e traficantes que comercializaram drogas na cidade.

Foi dado cumprimento a sete mandados de busca e apreensão e oito mandados de prisões preventivas de pessoas em Tucuruí, três mandados de prisão de pessoas que estavam em Natal e quatro mandados de prisão preventiva e um de recaptura contra um dos alvos que estava em Apuí.

Durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão foi encontrada uma relevante quantidade de drogas, além de dinheiro, balanças de precisão e vários celulares utilizados pelos criminosos na prática dos crimes.

Foram presos Anilton da Silva Rodrigues, Abel Josefson da Silva Rodrigues e Jhymison Alves Rodrigues, em Natal; Jorge Evangelista da Silva, Douglas Alexandre Braz dos Santos, Rafael Carmo de Oliveira, Raquel Gouveia Paiva, Claiowton Marçal Saraiva, Euzirene Pereira da Silva, Nivaldo Aparecido Luso Silva e Francisca Silva dos Santos presos, em Tucuruí.

Entre os presos estavam Ronilton Gonçalves de Souza e Flávio Souza dos Santos, custodiados no presídio de Americano, e Diolenio do Nascimento Gomes, em Apuí. Todos serão encaminhados ao presídio de Tucuruí e ficarão à disposição da Justiça.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

'Caso Wolf': Mentor de golpe que causou prejuízo de R\$60 milhões a mil vítimas passa por audiência na Justiça do Pará

Olavo Renato Martins foi preso em São Paulo em agosto deste ano e recambiado a Belém, onde está a maioria das vítimas.

Por Taymã Carneiro, g1 Pará — Belém

27/10/2021 12h26 · Atualizado há 4 dias



Mentor de esquema piramidal em audiência na Justiça no Pará. — Foto: G1

A 5ª Vara Penal de Belém realiza, nesta quarta (27), audiência de instrução e julgamento para apurar a responsabilidade criminal de acusado em um [golpe milionário em mais de mil pessoas](#). Só no Pará foram [ao menos 500 vítimas](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O esquema de golpes ficou conhecido como "Caso Wolf", se referindo ao nome da empresa, Wolf Invest, que oferecia "pirâmide financeira" recrutando vítimas. O valor estimado dos prejuízos supera R\$ 60 milhões.

Segundo a Justiça, o processo tem "robusta quantidade de partes e testemunhas", o que exige espaço maior pela Justiça. A audiência começou por volta das 10h no Salão do Tribunal do Júri do plenário "Desembargador Nelson Amorim", no Fórum Criminal, em Belém.

O acusado é Olavo Renato Martins, que estava foragido e foi [preso em São Paulo](#). Ele é apontado pela Polícia como chefe do esquema e foi [preso na casa onde morava em Indaiatuba](#), cidade a 102 KM da capital paulista no dia 12 de agosto deste ano - **relembre no vídeo abaixo**.



Apontado pela Polícia como mentor de golpes milionários no Pará é preso em São Paulo

Com Olavo, a Polícia ainda apreendeu 150 quilos de gemas minerais rubi coríndon, avaliadas, inicialmente, em R\$ 30 milhões.

As investigações apontam que o representante legal da empresa Wolf, "seria o criador do esquema piramidal", que funcionava com recrutamento de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

investidores, utilizando dos recursos financeiros dos clientes para remunerar membros das camadas anteriores da “pirâmide”.

Na época em que foi divulgado o caso, as vítimas prestaram depoimentos à Polícia e disseram que muitos clientes foram atraídos pela oferta de lucros elevados em pouco tempo. A empresa Wolf Invest oferecia garantia de investimento com rendimento de até 10% ao mês.

Mais de 30 pessoas chegaram a registrar boletim de ocorrência contra a empresa de investimento financeiro. De acordo com as vítimas, os rendimentos dos valores investidos foram repassados pela empresa até maio de 2019, quando os pagamentos foram interrompidos.

Uma das vítimas relatou ainda que o dono da empresa disse que os clientes que investissem acima de R\$100 mil teriam uma escritura de imóvel no valor como garantia, chamada 'garantia imobiliária'. As vítimas, no entanto, nunca receberam a escritura ou a quantia de volta.

De acordo com o TJPA, a audiência terá continuação no próximo dia 8 de novembro. No entanto, a promotoria alega que os depoentes confirmam todas as declarações antes prestadas às autoridades policiais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ação pede encerramento de empresa que vende água mineral 'por assinatura' e sem garrafão em Belém

MP afirma que empresa estaria em desacordo com a legislação e os critérios técnicos de regulação.

Por g1 Pará — Belém

27/10/2021 12h09 · Atualizado há 4 dias



Empresa é alvo de ação por comercializar água mineral "por assinatura" — Foto: Divulgação

A Promotoria de Justiça do Consumidor ajuizou uma ação civil pública contra uma empresa que estaria comercializando água mineral por assinatura, sem garrafão, em [Belém](#).

A ação, ajuizada na terça (26), pede o encerramento definitivo da companhia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo como Ministério Público do Pará (MPPA), a empresa estaria em desacordo com a legislação e os critérios técnicos de regulação e que as atividades causam danos à saúde e aos direitos de consumidores.

Em nota, a empresa disse que "laudos emitidos por laboratórios credenciados e aptos, incluindo o próprio Laboratório Central do Estado e Instituto Evandro Chagas, comprovam que a água vendida é de fato mineral e está dentro de todos os parâmetros físico-químicos e microbiológicos", *confira nota na íntegra ao final*.

Inquérito

O caso vem sendo acompanhado desde 2020, por inquérito civil, quando a promotoria passou a apurar a situação.

Segundo a promotoria, alguns fatos foram contestados, como o Departamento de Vigilância em Saúde (Devisa) da Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), responsável pela fiscalização e controle sanitário dessa indústria, desconhecia a atividade da empresa em Belém.

Outro fato destacado na ação é de que o laboratório que realiza o laudo de análises microbiológicas da água distribuída pela empresa não é o mesmo laboratório oficial do estado para análises de água mineral.

Segundo o MP, a empresa atua em vários outros estados por meio de franquias. O responsável pela franquia de Belém foi chamado à Promotoria para audiência extrajudicial. Ele explicou ao MP como funciona o procedimento e apresentou documentos, licenças, que a empresa possui.

Irregularidades

A promotoria diz que notou que a descrição da atividade econômica principal da empresa é o comércio varejista de bebidas. "Ou seja, não está claro que a atividade real é a venda de água mineral a granel, tudo levando a crer que se tratava de um depósito de bebidas, atividade classificada como de médio risco sanitário", afirma.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O MP informou que o alvará de licença da empresa foi emitido pela Secretaria Municipal de Finanças, indica que a atividade da empresa em Belém iniciou em 2019, e remete ao comércio varejista de bebidas, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás.

"Novamente, nada remete à atividade que seria exercida de fato, envolvendo o fornecimento de água mineral diretamente aos consumidores".

Para o MP, "o franqueador e os franqueados atuam em conjunto para interferir na cadeia produtiva de água mineral, fracionando o procedimento legalmente previsto, com um improvisado que coloca em risco à saúde dos consumidores e não é permitido pela legislação em vigor".

Como a venda de água deve ser

Segundo o MPPA, o correto é a água mineral comercializada ser obtida diretamente de fontes naturais, envasada em garrafas e distribuída.

O processo obedece regulamentação específica, que permite a rastreabilidade do produto, em defesa da saúde dos consumidores.

Na legislação não há previsão de intervenção na cadeia produtiva que permita a violação do lacre do garrafão, para continuação da atividade “produtiva” de modo fracionado, e colocação do líquido em outros recipientes, para posteriormente seguir por tubulações até o consumidor final, justamente porque não há elementos para garantir a segurança sanitária do produto.

Licença

O Departamento de Vigilância Sanitária Municipal emitiu licença de funcionamento para empresa em maio de 2020, permitindo funcionamento até dia 31 de março de 2021, mais uma vez remetendo ao comércio varejista de bebidas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No entanto, segundo o MP, não houve renovação da licença, deixando a empresa em atividade clandestina.

Em nota, o MP disse que "compreende que as atividades da empresa "Blu" têm causado danos à saúde pública e aos direitos dos consumidores, sendo estes, vítimas de propaganda enganosa" e que "requer entre outras medidas, a Interdição Cautelar do estabelecimento comercial; que seja promovido o lacre dos equipamentos e maquinários que são utilizados; encerramento definitivo das atividades em Belém; condenação por danos morais coletivos e que seja fixada multa no caso de descumprimento".

Confira a nota da empresa, na íntegra:

"A empresa Blu é uma empresa inovadora e pioneira que atua a mais de 14 anos em diversos estados do Brasil. Por se tratar de um sistema inovador e patenteado, sendo uma tecnologia exclusivamente brasileira e única no mundo, não existe Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) específico, o mais próximo da nossa atividade que existe é o Comércio Varejista de Bebidas, a qual está inclusa a água mineral. A atividade é bem simples, nós compramos os garrafões de 20L lacrados de fontes devidamente registradas e autorizadas para a comercialização de água mineral, transportamos até nossos clientes, e lá fazemos o desvase para os reservatórios em aço inox nas edificações em uma estrutura semelhante as fontes de água mineral e revendemos a água mineral para nossos clientes. Tais reservatórios são analisados mensalmente de modo a garantir aos consumidores a qualidade da água mineral. Tais laudos são emitidos por laboratórios credenciados e aptos para fazer tais análises, incluindo o próprio LACEN (laboratório oficial do estado) e Instituto Evandro Chagas que analisaram e comprovaram que a água vendida é de fato mineral e está dentro de todos os parâmetros físico-químicos e microbiológicos. Todos os outros estados que a empresa atua possui o mesmo entendimento de que a atividade mais próxima da executada pela empresa é o Comércio Varejista de bebidas. Estamos em entendimento com a vigilância sanitária de Belém para renovação da licença de operação nos mesmos moldes dos demais estados".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Mandante do crime e mais 5 envolvidos são presos pela morte de empresário em Marabá, no PA

Execução ocorreu em setembro de 2020. As prisões foram feitas pela Polícia Civil durante a 'Operação Bora Tora', no Pará e no Maranhão.

Por g1 Pará — Belém

28/10/2021 20h36 · Atualizado há 4 dias



Crime ocorreu na avenida Getúlio Vargas, em Marabá. Mandante do crime já havia sido sócio da vítima. — Foto: Reprodução TV Liberal

Seis homens foram presos na manhã desta quinta-feira (28) pela Polícia Civil. O grupo é suspeito de envolvimento na [morte do empresário Diogo Sampaio de Souza, assassinado em setembro de 2020, no município de Marabá, sudeste do](#) Pará. A vítima foi atingida por disparo de arma de fogo em plena luz do dia. O mandante do crime, que já havia sido sócio da vítima, também foi preso.

A operação ocorreu em cinco cidades paraenses e em duas no Maranhão. De acordo com a Polícia Civil, as investigações apontam que o grupo é envolvido diretamente no crime. Além do mandante, foram presos o motorista do veículo utilizado na execução, o executor que disparou contra o empresário, o responsável por monitorar a vítima e também intermediadores de toda a logística

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

da ação criminosa. Os seis presos foram conduzidos à Belém e ficarão à disposição da Justiça, no Pará.

As prisões ocorreram durante a operação 'Bora Tora', da Polícia Civil, que cumpriu, ao todo, oito mandados de prisão e dez de busca e apreensão. No Pará, a operação foi deflagrada nas cidades de Belém, Marabá, Parauapebas, Afuá e Tucuruí. Já no Maranhão, a ação foi feita em Açailândia e Imperatriz.

A PC também apreendeu, durante a operação, uma pistola glock calibre ponto 40, espingarda calibre 12, revolver calibre 22, pistola PT100, pistola G2C, além de munições, equipamentos eletrônicos, documentações, bem como uma porção de substância entorpecente semelhante à maconha.



Durante a operação, também foram encontradas armas, munições e entorpecentes. — Foto: Ascom Polícia Civil

As investigações foram feitas pela Divisão de Homicídios. A Operação que resultou nas prisões contou com cerca de 100 policiais e foi coordenada pela Diretoria de Polícia Especializada, por meio da Divisão de Homicídios (DH), com o apoio da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE), bem

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

como do Grupamento Aéreo de Segurança Pública (Graesp) e também da Polícia Civil do Maranhão.

Motivação do crime

De acordo com a Polícia Civil, foi constatado, durante as investigações, que existia uma discordância e disputas por áreas de mineração entre a vítima e o mandante do crime. A PC informou que ambos possuíam empresa mineradora em áreas próximas e já haviam sido sócios.

De acordo com as investigações, o empresário que foi preso como mandante do crime ofereceu e pagou recompensa pelo homicídio contra Diogo.

Relembre o caso



Câmeras de segurança registram assassinato em Marabá, no Pará

A morte de Diogo Sampaio de Souza ocorreu no dia 20 de setembro de 2020 quando o empresário chegava à casa dos sogros, na av. Getúlio Vargas, em Marabá. Ele foi atingido por um disparo de arma de fogo, efetuado de dentro de um veículo estacionado em frente ao local do crime.

Câmeras de segurança registraram o momento do atentado. As imagens mostram a movimentação próximo à rampa de descida para a praia do Tucunaré.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Pessoas transitam normalmente. Na ocasião, há até uma viatura de fiscalização de trânsito estacionada próximo à vítima.

Diogo aparece em pé conversando com duas pessoas, quando há o disparo e ele cai no chão. Os tiros partiram de um carro branco que estava estacionado com o pisca alerta ligado. O atirador estava no banco de trás do veículo e, de acordo com a polícia, atingiu a vítima na cabeça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



PUBLICIDADE

JUSTIÇA MILITAR

Major é exonerado após morte de comerciante em Mocajuba

A exoneração aconteceu após o Promotor de Justiça Militar, Armando Brasil, pedir a abertura de um inquérito policial militar para investigar os fatos.

quarta-feira, 27/10/2021, 12:32 - Atualizado em 27/10/2021, 15:11 - Autor: Diário Online



Denison Carlos Vieira Ribeiro foi exonerado do cargo. A decisão foi publicada em Boletim Geral da Polícia Militar na terça-feira (26). | Reprodução

O major Denison Carlos Vieira Ribeiro, [investigado após a morte do comerciante](#) Gelquias Albuquerque Rocha de Souza, no município de Mocajuba, no nordeste paraense, foi exonerado na última terça-feira (26).

O militar, lotado no 32º Batalhão de Polícia Militar, foi exonerado do cargo de Comandante da 2ª Companhia. Em seguida, Denison foi transferido para o Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará, em Cametá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Relembre:

O comerciante Gelquias Albuquerque Rocha de Souza, que era bastante conhecido na região, morreu na última segunda-feira (25) após levar um tiro de fuzil. O caso gerou comoção em diversos moradores da cidade.

O major da PM afirmou que estava dormindo em sua casa, quando acordou com o barulho de um disparo de arma de fogo. Ainda segundo ele, como estava chovendo, rastejou pela casa e pegou seu fuzil para ver o que estava acontecendo.

Major é suspeito de matar comerciante com tiro de fuzil

Ao ouvir o segundo disparo, acionou uma guarnição que estava perto. Então, ele olhou pela janela, quando viu um homem com uma arma na mão, que parecia ser um revólver, apontando para a cabeça de outra pessoa. Diante da situação, ele decidiu atirar, alvejando o que segundo ele seria o suposto agressor.

DECISÃO

A exoneração aconteceu após o Promotor de Justiça Militar, Armando Brasil, pedir a abertura de um inquérito policial militar para investigar uma ação que tirou a vida de Gelquias.

A decisão foi publicada em Boletim Geral da Polícia Militar na terça-feira (26).

Em nota, a Polícia Militar informou que a Corregedoria Geral da Corporação tomou conhecimento da situação e abriu Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias do fato.

Também em nota, a Polícia Civil comunicou que instaurou inquérito policial e investiga o caso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MOCAJUBA

Major é suspeito de matar comerciante com tiro de fuzil

O Promotor de Justiça Militar, Armando Brasil, pediu a abertura de um inquérito policial militar para investigar o ocorrido, além de pedir pelo afastamento do militar.

quarta-feira, 27/10/2021, 09:40 - Atualizado em 27/10/2021, 10:02 - Autor: Diário Online



Moradores pediram pelo afastamento do major da PM. | Reprodução

O Promotor de Justiça Militar, Armando Brasil, pediu a abertura de um inquérito policial militar para investigar uma ação que tirou a vida de um comerciante, morto com um tiro de fuzil. O motivo seria porque o tiro teria sido disparado por um major da Polícia Militar, em Mocajuba, no nordeste paraense.

A situação aconteceu na madrugada da última segunda-feira (25), e provocou indignação nos moradores da cidade. A vítima identificada por Gelquias Albuquerque Rocha de Souza, era bastante conhecida e não tinha antecedentes criminais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após a confirmação da morte do comerciante, a notícia se espalhou pela cidade e gerou tensão. Vários moradores pediram pelo afastamento do major. A PM mandou reforço do Grupamento Tático Operacional (GTO) de Baião e policiais civis de Belém, através da Divisão de Polícia do Interior, para controlar a situação.

[Vídeo: PF prende 12 pessoas por garimpo ilegal no Pará](#)

[Vídeo: homem se passa por PM para não pagar conta em bar](#)

O autor do disparo, identificado apenas por Carlos, fazia parte do 32º Batalhão da Polícia Militar, e afirmou que atirou de dentro de sua casa, após ouvir disparos de arma de fogo na rua e ao ver a vítima apontando um revólver para a cabeça de outro homem.

A Polícia Civil de Mocajuba abriu inquérito para apurar o caso, inicialmente registrado como homicídio. O major disse que estava dormindo quando acordou com o barulho de um disparo de arma de fogo. Ainda segundo ele, como estava chovendo, rastejou pela casa e pegou seu fuzil para ver o que estava acontecendo.

Ao ouvir o segundo disparo, acionou uma guarnição que estava perto. Então, ele olhou pela janela, quando viu um homem com uma arma na mão, que parecia ser um revólver, apontando para a cabeça de outra pessoa. Diante da situação, ele decidiu atirar, alvejando o que segundo ele seria o suposto agressor.

Ao **DOL**, o Promotor de Justiça Militar, Armando Brasil confirmou as informações, inclusive sobre "o major portar uma arma longa, tipo fuzil, fora de serviço, o que é vedado pelo regulamento da PM".

PM SE POSICIONA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Polícia Militar informa que na noite do último domingo (24), um policial militar do efetivo do 32º Batalhão da Polícia Militar (32º BPM) se envolveu em uma ocorrência, no município de Mocajuba, na região nordeste do Estado. A PM informa ainda que a Corregedoria Geral da Corporação tomou conhecimento da situação e abriu Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias do fato.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br